

1 Ata número 007/2006 reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS), ocorrida aos dias doze de
2 junho de dois mil e seis, nas dependências da Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Saúde de Ponta
3 Grossa deu-se início à reunião as 19: 15 presentes os Conselheiros Edson Alves, Lenir Monastirsky, Giana
4 Carla P. Machado Luiz Jacintho Siqueira, João Fernando Ferrari, Maria José Silva, Maria Raquel Itschuk,
5 Neumari P. da Cunha, Tereza Lopes Miranda, Paulo Saincler Heusi, Alceu José Batistel, Luciamari Moro
6 Conforto dos Santos, Claudia Maia Hey, Silvonete Apa^a Soares, Casturina Lopes Miranda, Paulo César
7 Facin, Valmir de Santi, os participantes: Carlos Eduardo Coradassi, Kellin Marina Farago, José dos Passos
8 Neto, Maria Lucia T. Vettorazzi, Sérgio F. . Verificada a presença de quorum foi dado início a reunião a
9 Presidente do CMS Neumari P. da Cunha dá as boas vindas aos presentes e explica o motivo pelo qual a
10 reunião foi adiada a decisão da Mesa Diretora foi tomada por pedidos de alguns Conselheiros pelo fato
11 de haver jogo do Brasil embora seja em horários distintos. A mesma anuncia a pauta sendo que o primeiro
12 assunto foi a aprovação das atas – 005/2006 Reunião Ordinária do dia 09 de maio de 2006 e a ata
13 004/2/2006 Reunião Extraordinária, ambas foram aprovadas. Ordem do Dia: Aprovação do Plano de
14 Aplicação da Entidade Rosa Mística, a Conselheira Silvonete Apa^a Soares explica que o recurso vindo do
15 Governo passou pelo CMS e foi aprovado, e devido aos tramites legais demorou, ficando o repasse de 2005
16 atrasado, o Ministério da Saúde depositou uma parcela em janeiro de dois mil e seis referente a dezembro
17 de dois mil e cinco ficando mais onze parcelas referente a dois mil e cinco para as três Instituições são elas
18 Rosa Mística, Centro Jovem de Combate as Drogas – CEJOCOND e Associação de Apoio aos Carentes
19 com Tuberculose – AACT , para que seja repassado esse recurso, às mesmas devem estar com a
20 documentação exigida pela Prefeitura Municipal referente ao Decreto nº 529, o Plano foi reformulado e já
21 passou pelo conselho, as parcelas que antes eram individuais agora serão liberadas de uma só vez o Plano
22 para a Entidade Rosa Mística será para montar uma biblioteca os materiais utilizados (livros) serão no valor
23 de R\$9.200,00 (nove mil e duzentos reais) e a fabricação dos moveis será de R\$ 6.200,00 (seis mil e
24 duzentos reais), e o plano está a disposição dos Conselheiros. Em relação a Instituição CEJOCOND a
25 Conselheira explica que o valor das parcelas é de R\$3.200,00 (três mil e duzentos reais) sendo que também
26 serão repassados em uma única vez e pede para que o representante da Instituição Sérgio Ferreira, presente
27 o plano de aplicação. Ele explica que a Instituição dispõe de 16 leitos para portadores de HIV, e que a
28 Instituição trabalha também com dependentes de drogas e álcool, na reformulação do plano a solicitação é
29 de 15 beliches de ferro valor de R\$7.560,00 (sete mil quinhentos e sessenta reais), um “data-show” para
30 ministrar palestras, 100 cadeiras de plástico, 25 novos colchões, 100 capas para colchão no material de
31 corvin solicitado pelas normas da ANVISA. Serão utilizados R\$3.000,00 (três mil reais) em materiais para
32 reforma e R\$2.740,00 (dois mil setecentos e quarenta reais) em obras, e, pelo fato da distancia entre a
33 Instituição e o centro da cidade tem-se um problema com a queda de luz, por isso também está no plano um
34 gerador de energia movido a gasolina no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), totalizando em R\$35.200,00
35 (trinta e cinco mil e duzentos reais), a respeito da Entidade AACT não houve explanação do plano. O
36 Conselheiro Valmir de Santi pergunta se as reformas e materiais de construção podem entrar no plano e que
37 as mesmas havia no plano anterior; a Conselheira Silvonete diz que o convenio está como subvenção social
38 e não como auxílio e diz que em reunião com a representante da contabilidade da Prefeitura, Senhora
39 Elaine, ela questionou esse assunto e o mesmo pode ser usado desde que seja para pequenos reparos o que
40 sai fora do plano são as grandes construções que caracterizam-se como auxílio; no plano anterior era
41 alimentação e reparos mas agora como será feito um repasse de uma única vez não tem como reverter tudo
42 em alimentação. A Presidente do CMS Neumari pergunta como é feito o controle pela Secretaria de Saúde
43 com relação a esse recurso; a Conselheira Silvonete diz que a coordenação Municipal de DST faz vistorias
44 na Instituição e emite um termo de objetivos atingidos e se o recurso foi aplicado para a mesma finalidade
45 passando o parecer para o CMS para avaliação e encaminhando para a Secretaria Municipal de Finanças. A
46 Presidente do CMS Neumari abre para **votação e a plenária aprova o Plano de Aplicação.** A presidente

47 do CMS Neumari abre espaço para o Relato do Gestor; o Conselheiro Edson Alves explica que trouxe o
48 Secretario de Planejamentos José Ribamar Krüger e o Engenheiro Joselito da Secretaria de Saúde para
49 esclarecer dúvidas sobre os aditivos e mudanças de projetos. Começando a explanação pelo engenheiro ele
50 explica que a primeira proposta seria do convênio 2936 para reforma e ampliação do Hospital Infantil, mas
51 como o Governador mandou verbas não só para o Hospital Infantil mas também para a reforma do Pronto
52 Socorro optou-se em utilizar a verba do Estado para realizar estas obras e substituir o convenio do
53 Ministério da Saúde por reformas e ampliações nas Unidades de Saúde, em proposta inicial tinha-se valores
54 pré-determinados para reformas, e segundo ele teve pouco tempo para elaboração do projetos, houve
55 algumas falhas porque não tinha-se projetos complementares como por exemplo projeto arquitetônico que é
56 como vai ficar a obra, cálculos estruturais entre outros, portanto é essa a necessidade de um pré- orçamento
57 estrutural. O Conselheiro Valmir pergunta em que ano foram feitos os orçamentos; em diz o engenheiro que
58 foi em 2004, sendo então substituído o plano inicial pelas obras de reformas nas unidades, foram
59 encaminhados e aprovados os projetos arquitetônico faltando a questão de averbação do imóvel, pois o
60 Município não tem a documentação de posse de alguns imóveis são os que estão localizados em praças por
61 exemplo, isto não está legalizado e para fazer a ampliação só seria liberado pelo Ministério da Saúde se
62 estivessem registrado no nome da Prefeitura, tinha casos em que havia o posse do imóvel e a construção não
63 estava averbada. Então são essas as dificuldades de se elaborar um orçamento preciso, principalmente em
64 reformas, por esse motivo os aditivos são tolerados. O Engenheiro fala que tem o aditivo de todas as
65 unidades e que os documentos estão a disposição de todos os conselheiros e que ele irá fornecer copia para
66 o CMS. Passa então a explanar sobre o projeto do Hospital Infantil e Pronto Socorro o Secretário Krüger
67 diz que foi feita licitação em 2004, e quando a nova gestão assumiu a obra foi reorçada e o projeto refeito,
68 foram licitadas as duas obras em etapas diferentes uma de ampliação e outra de reforma, a ampliação tanto
69 do Pronto Socorro como o Hospital Infantil foi optado por deixar de fora os gases medicinais, ar
70 condicionado e elevadores, dessa forma reduziu os custos e terminaria a obra ainda esse ano. O
71 Conselheiro Carlos Eduardo Coradassi pergunta se nesse projeto já estava licitado o ar condicionado, pois
72 em reunião extraordinária havia passado que já estava licitado, então o secretario explica que o convenio
73 contempla o ar condicionado e que tanto no Pronto Socorro como no Hospital da Criança não foge do
74 projeto e que no momento oportuno será licitado. O Conselheiro Paulo Facin pergunta em relação a uma
75 contra partida da atenção básica como o gestor analisou. O Conselheiro Edson responde que gostaria que
76 fosse feita pelo CMS uma proposta e indicasse a prioridade. A Presidente do CMS Neumari responde que
77 entendeu que na reunião anterior, que o gestor traria a sua proposta de contrapartida de uma política de
78 atendimento para as áreas de Atenção Básica, para ser analisado pela plenária do CMS. O Conselheiro
79 Valmir pede detalhes mais claros a respeito dos recursos e o secretario dispõe encaminhar uma copia para o
80 CMS. O Conselheiro Valmir sugere uma oficina de trabalho durante uma tarde para fazer uma planificação
81 das propostas com relação a Atenção Básica, com os Conselheiros e a Secretaria de Saúde, para ter
82 sugestões e apoiar a Secretaria, como por exemplo o horário dos funcionários. A Conselheira Silvonete
83 ressalta o pedido já feito em reuniões anteriores ao gestor, a planilha com horários dos médicos e
84 funcionários. O Conselheiro Edson diz que está sendo licitados painéis em lona e que passará a planilha
85 para o CMS. A Participante Maria Lucia pede que na oficina incluia também o **Plano municipal já que o**
86 **mesmo terá que ser discutido e aprovado.** O Conselheiro João Fernando Ferrari diz que a Comissão de
87 Atenção Básica está elaborando dois questionários, um para os usuários e outro para os funcionários das
88 unidades, e será relacionada no questionário a questão dos horários, isso como forma de avaliação. O
89 Conselheiro Coradassi pergunta sobre a demanda e proposta a respeito dos CAS. O Conselheiro Edson diz
90 que trará na próxima reunião os relatos. A Presidente do CMS Neumari pede sugestões de datas para ser
91 realizado a oficina, ficando definido o dia 23/06/2006. Passa então os relatos das Comissões Atenção
92 Básica: O Conselheiro Coradassi relata sobre o Programa de Saúde da Família - PSF do Guaragá foi

93 elaborado um parecer com algumas alterações, foi constatado que a planta que estava no projeto não era do
94 Guaragí, e foi substituída a planta e será uma unidade grande e confortável, relata também que recebeu
95 denúncias a respeito dos carros da vigilância sanitária, pois não sabem onde estão os veículos e pede ao
96 gestor uma prestação de contas a respeito dos veículos. Comissão de Gestão no Trabalho e Saúde do
97 Trabalhador: a Conselheira Maria Raquel faz o relato fala sobre a visita no Hospital Infantil, diz que foi
98 uma visita social e verificaram a parte médica, questão de horários e verificaram as reformas e construções
99 do prédio construção, a respeito os funcionários foram feitos uma solicitação de quais são estaduais e quais
100 são municipais e a carga horária de cada funcionário. O Conselheiro Coradassi faz o relato, de outra visita
101 de vistoria no Hospital Infantil, foram entrevistados os usuários e os funcionários e são varias coisas a
102 serem revistas, será encaminhado ao gestor propostas da melhora e algumas sugestões e pedem ao gestor
103 para próxima reunião algumas considerações. Relatam que foram bem recebidos e tiveram total liberdade
104 para perguntar e questionar. O Conselheiro Paulo Facin sugere que essa avaliação seja encaminhado a 3ª
105 Regional. A Presidente do CMS Neumari parabeniza as comissões pelo fato de estarem reunindo-se e
106 trabalhando em busca de melhores condições e conhecimentos e pede ao gestor que disponibilize técnicos
107 da vigilância sanitária para fazer acompanhamentos nas visitas pois foi solicitado e não foi cedido, pede
108 também para os conselheiros que ainda não estão em nenhuma comissão que participem na qual tem mais
109 afinidade. Comissão de Atenção Especializada e Hospitalar: A Conselheira Luciamari relata que no dia 15
110 de maio usuários do Serviço de Assistência Especializada - SAE entraram em contato com ela para
111 informar que a Drª Sonia não estava atendendo, foi feita uma reunião e a principio a medica voltaria a
112 atender foi aguardado e obtiveram a informação que a medica ficaria no PA até que fechasse, então os
113 usuários mobilizaram-se colhendo assinaturas e a comissão teve uma reunião sobre o assunto, onde os
114 usuários pedem para colocar o relato de suas dificuldades para o CMS, o Conselheiro Edson explica que
115 como a Drª Sonia é funcionaria do Estado e do Município as cargas horárias “não batem”, que irão tentar
116 resolver o assunto. A Presidente do CMS Neumari pede para que a Comissão encaminhe para o Conselho
117 uma solicitação oficial para avaliar o caso e encaminhar ao gestor. Comissão Conselhos Locais: O
118 Conselheiro Alceu José Batistel, fala sobre as comunidades que antes era muito complicado realizar as
119 reuniões, mas atualmente nas reuniões estão comparecendo muitas pessoas e esta sendo satisfatório.
120 Comissão de Ética: a Conselheira Casturina diz que a comissão se dissolveu e convoca os conselheiros que
121 ainda não tem comissão para participarem do mesmo. Informes: A Presidente do CMS Neumari diz que a
122 solicitação de verba feita para que o conselheiro Cleiber Marcio Flores fizesse a viagem para Florianópolis
123 não foi autorizada, fala também que o Conselho não foi comunicado a respeito da inauguração, a mesma faz
124 a leitura do ofício do Instituto Sul Paranaense de Oncologia - ISPON encaminhado ao CMS que relata
125 sobre a diminuição do repasse de verbas do governo do Estado à Entidades. Em seguida solicita um parecer
126 da Conselheira Lenir Monastirsky. A Conselheira Lenir Monastirsky fala que existem justificativas e terá as
127 respostas primeiramente à Comissão de Especialidades, pois não terá tempo hábil para esclarecimentos para
128 esta reunião. A reunião da-se termino as 21: 52.